09	Atos constitutivos da Empresa e última alteração no quadro societário arquivada na Junta Comercial (cópia autenticada);	<ul style="list-style-type: none"> •Obrigatório somente para empreendimentos que possuam CNPJ; •Apresentação da Última alteração do Contrato Social. (ano Vigente) •Requerimento de Empresário com carimbo de certificado da Junta Comercial. (ano vigente). •Ata da diretoria da empresa, (ano vigente) •Certidão simplificada da JUCEPA;
10	Cópia autenticada do Cartão do CNPJ;	<ul style="list-style-type: none"> •Obrigatório somente para empreendimentos que possuam CNPJ; •Retirada através da internet, não precisa ser autenticada; •Verificar a situação cadastral: deve estar ATIVA; •Verificar se a atividade fim está de acordo com o formulário 1.
11	Cópia autenticada FIC (Inscrição Estadual);	<ul style="list-style-type: none"> •Deve estar atualizado (09 dígitos); •Verificar a data de vencimento; •Verificar se a atividade fim está de acordo com o formulário 1; •Conferir a razão social e o nome fantasia; •Não será aceito o relatório emitido via internet na Consulta Pública ao Cadastro SINTEGRA/ICMS
12	Cópia autenticada do Alvará de Localização e Funcionamento Municipal;	<ul style="list-style-type: none"> •Verificar a razão social; •Verificar o prazo de validade: (ano vigente); •Alvarás aceitos: Alvará de funcionamento, Alvará de localização, Certidão de Funcionamento;
13	Cópia autenticada Carteira de Identidade dos Sócios;	•Verificar se o documento esta autenticado.
14	Cópia autenticada do Cartão do CPF dos Sócios;	•Verificar se o documento esta autenticado.
15	Cópia autenticada Carteira de Identidade do Representante Operacional;	•Verificar se o documento esta autenticado.
16	Cópia autenticada do Cartão do CPF do Representante Operacional;	•Verificar se o documento esta autenticado.
17	Cópia autenticada Carteira de Identidade do Representante Legal;	•Verificar se o documento esta autenticado.
18	Cópia autenticada do Cartão do CPF do Representante Legal;	•Verificar se o documento esta autenticado.
19	Cópia autenticada da Carteira do CREA do Responsável Técnico (Engenheiro Florestal);	•Verificar se o documento esta autenticado.
20	Cópia autenticada do Cartão do CPF do Responsável Técnico (Engenheiro Florestal);	•Verificar se o documento esta autenticado.
21	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA-MT do Responsável Técnico pelo Empreendimento; ou documento equivalente conforme Art. 2º.	<ul style="list-style-type: none"> •Verificar a descrição do serviço, o documento deve estabelecer a responsabilidade técnica pelo empreendimento até a data de validade do cadastro; •Verificar o nome correto do Responsável Técnico; •Verificar se a taxa da ART foi paga.
22	Certidão de Cadastro do Responsável técnico junto a Sema;	<ul style="list-style-type: none"> •Item obrigatório para o Responsável Técnico. •A retirada do documento proceder-se-á junto a SEMA pelo empreendedor.
23	Procuração registrada em cartório nomeando o Responsável legal do empreendimento e dos empreendedores p/ representá-los perante o CEPROF-PA	<ul style="list-style-type: none"> •A procuração deve ter fé pública (registrada em cartório); • Deve transferir plenos poderes para a representação do empreendimento junto ao C; •Se o Representante Legal for o proprietário não precisará de procuração.

24	Procuração registrada em cartório nomeando o representante operacional p/ operar o sistema do CEPROF-PA	<ul style="list-style-type: none"> •A procuração deve ter fé pública (registrada em cartório); •Deve transferir poderes para a utilização total do Sistema Sisflora pelo Representante Operacional; •Se o representante Operacional for o proprietário não precisará de procuração.
25	Cópia Autenticada do Título de Propriedade do Imóvel onde está localizado o empreendimento ou Certidão da Matrícula do mesmo no RGI;	<ul style="list-style-type: none"> Serão aceitos os seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> -matrícula atualizada do imóvel no RGI; -escritura pública de compra e venda de imóvel; -compromisso público de compra e venda de imóvel registrado e com cláusula de irrevocabilidade; -sentença judicial transitada em julgado em ação de adjudicação compulsória; -sentença judicial transitada em julgado em ação de usucapião; -certidão administrativa de comprovação de posse emitida pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); -escritura pública de cessão de direitos possessórios lavrada em cartório e reconhecida pelos confinantes, com comprovante do requerimento de regularização fundiária junto ao órgão competente -Escritura pública de compra e venda a prazo ou cuja transferência de domínio esteja pendente de análise do georreferenciamento junto ao INCRA; •Verificar se o documento esta em nome do requerente;
26	Cópia autenticada do Contrato de Locação ou Arrendamento do Imóvel, quando for o caso;	<ul style="list-style-type: none"> •Deve ter fé pública (registrado em cartório); •Contrato de Locação, Contrato de Arrendamento e Contrato de Comodato: solicitar apresentação do Registro do imóvel e matrícula;
28	Certidão de Regularidade junto ao IBAMA (Nada consta)	<ul style="list-style-type: none"> •Verificar se está em nome do requerente; •Verificar se o documento esta dentro do prazo de validade;
29	Certidão de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;	<ul style="list-style-type: none"> •Verificar se o documento esta dentro do prazo de validade; •Verificar se o documento esta em nome do requerente;
31	Croqui de localização do empreendimento;	•Exigi-se Croqui detalhado;
32	Cópia das três últimas faturas de energia elétrica do empreendimento;	<ul style="list-style-type: none"> •As cópias das faturas não precisam ser autenticadas; •Verificar se a Conta está em nome do requerente, do empreendimento ou do responsável; •Em caso de não existir fatura de energia elétrica, justificar através laudo quais as fontes de energia ou da não utilização da mesma.
34	Fotos da entrada principal e da sede da propriedade no caso de projetos (PEF ou Manejo)	•Foto da placa de entrada do Manejo ou da propriedade.
35	Layout do terreno onde está localizado o empreendimento	•Mapa do terreno com os pátios, ruas, áreas de rejeito, edificações e outros dados relevantes, situados e identificados, entregues na forma impressa e na forma digital;
36	Fotos do empreendimento conforme exigido no formulário (7)	<ul style="list-style-type: none"> • É exigido somente para empreendimentos tipo Serraria, Laminação, Beneficiamento, Industrialização, Comércio e Armazenamento. •Apresentar as fotografias da entrada principal, das edificações, do terreno e do maquinário, apresentadas através de impressão colorida em papel a4, e na forma digital no aplicativo de processamento de texto Word;
37	Cópia autenticada da Licença de Operação (LO) da SEMA;	<ul style="list-style-type: none"> • É exigido somente para empreendimentos tipo Serraria, Laminação, Beneficiamento, Industrialização, Comércio e Armazenamento. •Verificar o prazo de validade; •Verificar se a razão social esta em nome do requerente;

38	Cópia autenticada da Licença Ambiental Rural (LAR).	<ul style="list-style-type: none"> • É exigido somente para empreendimentos tipo Extração, Coleta e Produção. • Verificar a data de validade; • Verificar se o documento esta em nome do requerente.
39	Comprovante do recolhimento da Taxa de Cadastro no CEPROF-PA no valor correspondente a 200 (cinco) UPF's - PA.	<ul style="list-style-type: none"> •Verificar se o comprovante esta em nome do requerente; •A cópia do Comprovante não precisa ser autenticada; •Verificar a posição do cliente emitida pela Sema.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
GABINETE DO SECRETÁRIO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 023, DE 31 DE MARÇO DE 2009
EMENTA: Altera os índices de conversão de madeira junto ao CEPROF/SISFLORA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 138, inciso II, da Constituição Estadual e a Lei nº. 5.457, de 11 de Maio de 1988, que cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e Considerando a necessidade de regulamentar a utilização dos Créditos de Produtos de Origem Florestal no Estado do Pará; Considerando a necessidade de alteração dos índices de conversão de madeira;

R E S O L V E:
Art. 1º A extração, coleta, beneficiamento, transformação, industrialização, comércio, transporte e armazenagem de produtos florestais, serão registrados e controlados no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA) como créditos de produtos, utilizando as seguintes unidades de medidas padrão:

I - m³ (metro cúbico) - toras, madeira serrada, beneficiada, laminada, industrializada e resíduos de madeira;

II - st (metro estéreo) - lenha, toretes, escoramentos, postes, palanques roliços, mourões ou moirões, lascas e resíduos florestais;

III - mdc (metro de carvão) - carvão;

IV - Kg (quilograma) - palmito industrializado, frutos, sementes, cipós, casca, raízes e folhas;

V - Unid. (unidade) - palmito in natura, mudas e gemas.

Art. 2º Os créditos de produtos e subprodutos florestais registrados no Sistema SISFLORA devem corresponder exatamente à volumetria e às espécies, conforme nome popular e científico de produtos florestais existentes no estoque do empreendimento.

§ 1º. As nomenclaturas de produtos e subprodutos florestais utilizadas pelo Sistema SISFLORA deverão obedecer esta Instrução.

§ 2º. Quando houver divergência entre o estoque real e o saldo do empreendimento no Sistema SISFLORA, por motivos que não configurem fraude, o responsável pelo empreendimento deverá requerer o ajuste de estoque à Gerência de Sistema de Comercialização de Produtos Florestais (GESFLORA) para regularização do saldo;

§ 3º. Quando houver divergência entre o estoque real e o saldo do empreendimento no Sistema SISFLORA por motivo de incompatibilidade dos índices de conversão de madeira utilizados pelo Sistema, o responsável pelo empreendimento deverá requerer o ajuste dos índices de conversão, conforme estabelece o Art.3º, e posteriormente requerer o ajuste de estoque de acordo com os novos índices aprovados;

§ 4º. A divergência entre a volumetria e as espécies, conforme nome popular e científico, de madeira em depósito ou em transformação do saldo constantes no sistema SISFLORA, constitui infração ambiental, ficando sujeito à aplicação das penalidades cabíveis;

§ 5º. A divergência entre a volumetria e as espécies, conforme nome popular e científico, de madeira em transporte constantes na Guia Florestal (GF) que acompanha a carga constitui infração ambiental, ficando sujeita à aplicação das penalidades cabíveis;

§ 6º. Não serão ajustados os estoques excedentes provenientes de aquisição de produtos sem origem comprovada, ou qualquer outro motivo que descumpra as normas vigentes;

§ 7º. Qualquer inserção de créditos de produtos florestais realizadas no Sistema SISFLORA sem a devida comprovação da origem legal do produto constitui infração ambiental, ficando sujeita à aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 3º A aquisição de produtos florestais de outros Estados e de outros Países que forem considerados regulares pela GESFLORA, serão registrados no Sistema SISFLORA, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - para requerer o registro dos créditos de produtos florestais oriundos de outros Estados comprovados pelo Documento de Origem Florestal (D.O.F.) e pela Guia Florestal (GF), o responsável pelo empreendimento deverá protocolar junto à SEMA requerimento devidamente assinado, pelo empreendedor ou por seu representante legal, solicitando o lançamento dos Créditos, informando o número dos D.O.F.s ou das GFs, das Notas Fiscais e as volumetrias em M³ das espécies, com seus respectivos nomes populares e científicos, anexando cópia autenticada do D.O.F. ou a quarta via original (fisco ambiental destino) da GF3, cópias autenticadas das Notas Fiscais e cópia dos documentos que comprovem sua origem (AUTEF, AUTEF, Autorização de Desmatamento com suas respectivas Ofertas ou